

ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

CONSELHO SUPERIOR DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

EDITAL CSAGU/AGU Nº 13, DE 16 DE AGOSTO DE 2023

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º, inciso I, c/c art.5º, inciso II, da Resolução CSAGU nº 1, de 17 de maio de 2011, considerando a competência prevista no art. 7º, inciso II, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, tendo em vista o disposto na Resolução CSAGU nº 3, de 5 de dezembro de 2019, e na Resolução CSAGU nº 9, de 2 de julho de 2013, alterada pela Resolução CSAGU nº 8, de 6 de janeiro de 2015, consolidada pela Portaria CSAGU nº 4, de 26 de novembro de 2020, e o que consta no Processo Administrativo NUP 00696.000195/2023-10, resolve:

1. Convidar os Procuradores da Fazenda Nacional interessados em compor a Comissão de Promoção referente ao período avaliativo de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021; 1º de janeiro a 30 de junho de 2022; 1º de julho a 31 de dezembro de 2022; e 1º de janeiro a 30 de junho de 2023, para que manifestem interesse na forma deste Edital, no período entre 17 e 23 de agosto de 2023.

1.1 A Comissão de Promoção será composta por até 7 (sete) membros, na forma do art. 2º da Resolução CSAGU nº 9, de 2013.

2. A inscrição deverá ser realizada, exclusivamente pelo Formulário Eletrônico “Promoção 2021.2 a 2023.1 - Enquete comissão de Promoção” disponível no link <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScbsQCEHaqVsg1xDInY-z3CwXy1tUO-yqZG6kEt5nHPYwGALw/viewform?usp=sharing>, pelos interessados que atendam aos requisitos previstos no art. 5º da Resolução CSAGU nº 9, de 2013.

2.1. Para a conclusão da inscrição, o Procurador interessado deverá emitir declaração de que não apresentará requerimento para análise de título referente à promoção relativa ao respectivo período avaliativo, no próprio formulário.

3. Constituída a comissão de promoção, seus membros ficarão à disposição do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União em tempo integral e com dedicação exclusiva, pelo prazo máximo de 45 dias, ininterruptos ou não, até que sejam finalizados os trabalhos, com a publicação do resultado definitivo dos respectivos concursos e o envio ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União do relatório final da comissão.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

Presidente do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União